
Ofício Conjunto N 01/2021 – COEGEMAS/CEAS/CIB/FAMUP/FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

João Pessoa, 28 de maio de 2021.

**Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde,
Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Estadual de Saúde,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Intergestores Bipartite de Saúde da Paraíba,**

Cumprimentando-os cordialmente, o Colegiado Estadual de Gestores municipais de Assistência Social (COEGEMAS), O Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), a Comissão Intergestora Bipartite (CIB/PB) – instâncias de negociação, deliberação, pactuação da Política de Assistência Social, a Federação das Associações de Municípios da Paraíba (FAMUP) entidade de representação dos municípios paraibanos e a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social – manifestam-se pela vacinação imediata dos trabalhadores/as da Política de Assistência Social, tendo em vista a essencialidade desta política para efetivar um sistema de Proteção Social, especialmente a população mais vulnerabilizada. Tal essencialidade foi reconhecida por meio da Lei Federal nº 14.023/2020, pelo Decreto Federal 10.282, de 20 de março de 2020 e pelo Decreto Estadual nº 40.217 de 02 de maio de 2020, o Decreto Estadual nº 41.142 de abril de 2021 no Art 9º & 1º e, por isso, os serviços não podem ser interrompidos. Ademais, a pandemia de COVID-19, além de constituir crise sanitária, é também inegavelmente uma crise social, com repercussões dramáticas na vida da maioria da população.

Ressalta-se que os profissionais estão na linha de frente no atendimento diário da população paraibana. Estar na linha de frente significa, executar os serviços socioassistenciais com as devidas adaptações, o que exige contato com pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio do atendimento e acompanhamento aos indivíduos e famílias que demandam da Assistência Social.

É relevante pontuar que desde o início da pandemia, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nunca foram paralisados, ao contrário, houve um aumento de demanda desta população que tiveram as situações de desproteção social agravadas, considerando a projeção de crescimento da pobreza e da vulnerabilidade, como indicam pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas¹, além do aumento das situações de violência.

Diante do cenário pandêmico, o robusto Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem sido ferramenta indispensável na busca da contenção e amenização dos impactos sociais percebidos na pandemia. Não por outra razão, a Assistência Social é reconhecida como serviço público essencial nos níveis federal e estadual. O sucesso de medidas emergenciais, como o auxílio estabelecido pelo governo federal por meio da Lei nº 8.742/2020 tem sido possível em razão da capilaridade do SUAS, pela qual são alcançados públicos particularmente vulneráveis.

Em toda Paraíba, segundo dados da Vigilância Estadual Socioassistencial, extraídos através do Cadastro Único da Assistência Social - CAD-SUAS em maio de 2021, contamos com 8.017 trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), desenvolvendo suas atividades nas unidades de atendimentos de proteção social básica e especial de alta e média complexidade, e 4.734 trabalhadores desempenhando suas funções na gestão da esfera estadual e municipal, totalizando **12.751 trabalhadores do SUAS**, distribuídos nas 447 unidades de atendimentos da Assistência Social em 267 Centros de Assistência Social – CRAS; 78 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS; 26 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS regionais; 7 Centros de Atendimentos a População em Situação de Rua – Centro Pop; em 7 Centros Dia; em 62 Unidades de Acolhimento (casa lar, casa de passagem, residência inclusiva, crianças e adolescentes, serviço de família acolhedora, idosos, adultos e famílias), bem como nas gestões municipais e estadual.

As unidades de atendimentos dos CRAS são consideradas “a porta de entrada” dos usuários à rede de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de acordo com o relatório mensal de atendimento nacional, durante o ano de 2019 foram registradas 67.069 novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência; e em 2020 no período de pandemia foram registradas 63.744 novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência.

Nos CREAS, de acordo com o relatório mensal de atendimento durante o ano de 2019, tivemos um atendimento geral de 7.871 pessoas, totalizando 12.437 violações de direito; e em 2020 durante o período de pandemia esse número foi de 5.603 pessoas, totalizando 10.347 violações de direitos. A baixa no número de atendimentos tanto nos CRAS como nos CREAS não representa efetivamente uma

¹ 1- Estudo pode ser lido em <https://blogdoibre.fgv.br/posts/pobreza-e-desigualdade-aumentam-de-novo-pnad-covid-mostrou-impacto-do-auxilio-emergencial-nos>. Acesso em 19 marc.2021.

queda nas violações de direitos, segundo informações prestadas pelos técnicos de referência essa redução pode ser atribuída ao distanciamento social, recomendado pela Organização Mundial de Saúde para o enfrentamento à pandemia do Coronavírus, nos colocando à reflexão sob a teoria de que, na realidade pode ter acontecido uma subnotificação desses casos, por não terem chegado aos CREAS.

Entre os equipamentos e trabalhadores do SUAS mais acionados no período de pandemia temos os Centros Pop – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, que atende ao públicos mais fragilizados e que tende a aumentar em decorrência da crise econômica e social associadas à pandemia. Segundo o RMA Nacional, em 2019 foram registrados 325 atendimentos, já em 2020 esse número foi de 543.

Ainda, em muitas ações interventivas das equipes de referência é necessário o contato físico com a população que está em suspeita ou está contaminada pelo COVID, um exemplo são os diversos tipos de acolhimento institucionais.

Nesse âmbito, os profissionais do SUAS estão diariamente expostos e totalmente vulneráveis ao vírus SARS-cov e suas variações, já constando várias situações de óbito entre trabalhadores/as SUAS, fragilizando as equipes e diminuindo a capacidade de resposta para as situações complexas trazidas pelo público atendido, público que esse, como mencionado, vem crescendo.

Esse cenário trágico vivido por todos provocado pela COVID-19, traz intenso sofrimento ao povo brasileiro, especialmente pelas vidas interrompidas. A pandemia segue e desafia os gestores municipais, estaduais e trabalhadores/as do SUAS que estão na linha de frente, nos serviços essenciais, na proteção das vidas e garantia de seguranças, especialmente, de renda, de sobrevivência e de acolhida.

Dessa forma, considerando a essencialidade da Assistência Social para contenção dos impactos da pandemia do novo Coronavírus e a altíssima exposição dos/as trabalhadores/as que executam este serviço público essencial, demandamos ações de proteção para aqueles e aquelas que, de modo incansável, enfrentam a pandemia, protegendo a população mais vulnerável.

Assim, certos de contar com vossa compreensão e colaboração, renovamos votos de estima e apreço, e nos colocamos à disposição para somar esforços no enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus.

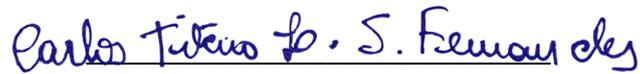
Atenciosamente,



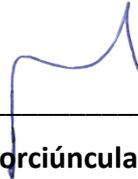
Keiles Lucena Macedo
Presidente COEGEMAS-PB



Gigliola Marcelino Gonzaga
Presidente CEAS-PB



Carlos Tibério Limeira Santos Fernandes
Coordenador CIB-PB



George José Porciúncula Pereira Coelho
Presidente FAMUP



Maria Aparecida Ramos
Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social